



REGISTROS SEISCENTISTAS E A REPRESENTAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO URBANO NORDESTINO

ROSELINE VANESSA OLIVEIRA MACHADO*

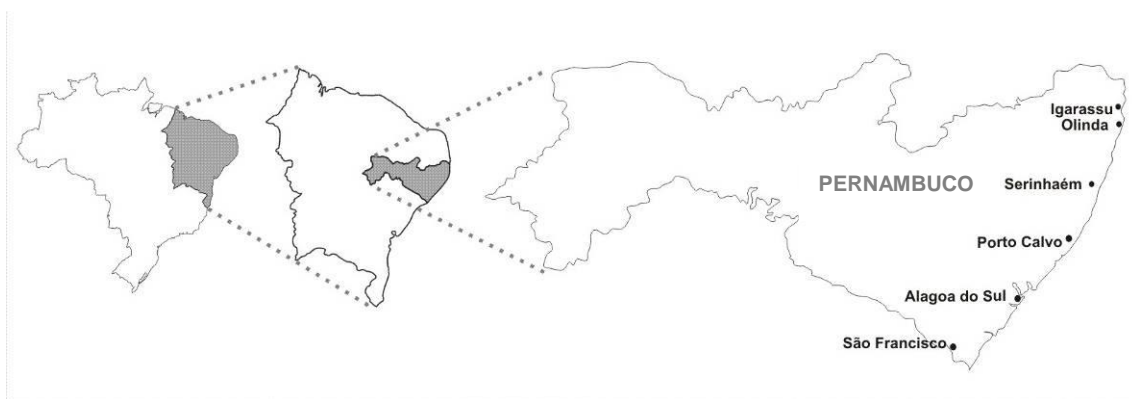
1. Um conjunto de núcleos urbanos

Ainda hoje, o Nordeste brasileiro carrega em suas feições urbanas fortes memórias coloniais. No caso da região de Pernambuco, a qual até o século XIX abrangia também Alagoas, nos primeiros cem anos de efetiva colonização, inúmeras povoações já se encontravam consolidadas em sua costa marítima, apresentando níveis de desenvolvimento urbano diferenciados.

Além de sua condição de potencial econômico colonial, consistindo na capitania mais próspera da região Nordeste baseada na cultura canavieira, um outro fator coloca esta Capitania em situação de destaque no contexto em que se insere os dois primeiros séculos de povoamento das terras brasílicas.¹ Ainda na primeira metade do século XVI, Duarte Coelho funda as Vilas de Igarassu (1536), e de Olinda (1537), representando esta última a sede da Colônia. No século seguinte, outras quatro povoações foram elevadas à categoria de vila: Serinhaém (1627), Porto Calvo, Alagoas do Sul e São Francisco (1636), sendo essas três últimas hoje correspondentes às cidades alagoanas de Porto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo. Pernambuco consistia, pois, na segunda capitania oficialmente mais povoada do nordeste brasileiro no século XVII, seguindo apenas a Capitania da Bahia, a qual, na mesma época, possuía o número de 8 vilas e 1 cidade. (REIS FILHO, 1968, p.85 e 86)

* Universidade Federal de Alagoas, doutora.

¹ A Capitania de Pernambuco foi doada por D. João III a Duarte Coelho Pereira em 10 de março de 1534, donatário mencionado com tom de orgulho nos textos produzidos na primeira metade do século XX referentes à formação político-urbana de Pernambuco, devido a sua situação enquanto a mais próspera economicamente da região Nordeste com mais de “*sessenta e seis engenhos por allí disseminados em 1584 – no Brazil existiam ao todo cento e vinte – produziam mais de duzentas mil arrobas de assucar, e não davam vencimento á canna*” (LIMA, 1895. p.33), e mesmo do Brasil seguindo apenas a Capitania de São Vicente.



Contornos do mapa do Brasil, localizando os limites da antiga Capitania de Pernambuco na região Nordeste, com as suas vilas no século XVII. FONTE: MACHADO, 2009, p.28.

Entretanto, os percursos urbano e histórico desses lugares de memória de longa duração não são fáceis de serem reconhecidos quando se quer entendê-los para além de sua feição física, pois, com o avanço da idade urbana, também chegam até a paisagem as interferências do Tempo e do tempo que tem as ações preservacionistas como suas principais conciliadoras. No caso das localidades abordadas nesse estudo, todas possuem certo reconhecimento patrimonial relativo às expressões urbanas quinhentistas e seiscentistas, seja uma igreja tombada em nível estadual, ou um núcleo urbano mundialmente reconhecido como é caso de Olinda - Monumento Nacional e Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1982.

Por vários motivos, dentre os quais se pode citar a caracterização das permanências e os desdobramentos comerciais (mais especificamente aqueles relativos aos impulsos do turismo), alguns núcleos urbanos de origem colonial puderam ser resguardados em seu conjunto, outros tiveram apenas partes de sua memória protegida, o que não os desqualifica enquanto documento. Mas, como a falta de uma página do meio de um livro, ler a história com ausências certamente reforça a condição de vulnerabilidade de qualquer interpretação. Por outro lado, mesmo os conjuntos urbanos com certa completude contextual muitas vezes são vistos de forma restrita, de maneira a camuflar certos significados que justificam suas razões de ser, como serão comentados mais adiante.

Assim, o fato de muitas de suas antigas marcas apresentarem-se desconhecidas ou fragilizadas pela dinâmica cultural estimula o interesse contemporâneo dos pesquisadores pelo tema dos ambientes pós-coloniais brasileiros, especialmente no que se refere aos momentos iniciais de sua formação.

Nos últimos anos, tais investigações vêm sendo auxiliadas pelos registros de época, sendo utilizados como importantes ferramentas na pesquisa de temas das mais variadas áreas do

conhecimento, tais como, História, Geografia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, à medida que podem revelar à atualidade um mundo não experimentado, permitindo o acesso ao difícil conteúdo do imaginário de uma sociedade distanciada por séculos.

A proposta desse artigo é a de tratar desse embate entre temporalidades. A idéia consistiu em reunir a vasta iconografia histórica e os relatos de época referente à vilas seiscentistas da Capitania de Pernambuco já citadas e rastrear seus dados urbanísticos nesse material, na perspectiva de compreensão da formação dessas paisagens enquanto conjunto.²

2. Um conjunto de imagens e palavras

Como veículo de aproximação de um contexto distanciado da contemporaneidade por séculos, tomou-se como aliado um conjunto de documentos produzidos em seu momento seiscentista. Devido a um conjunto de fatores como a importância de mapear as áreas de extração do açúcar, por exemplo, e mesmo a própria necessidade de reconhecimento da terra recém conquistada, teve-se como decorrência a produção de uma série de registros textuais e iconográficos dessa expansão ultramarina. O contexto da exploração das terras americanas nos séculos XVI e XVII, caracterizou-se, pois, por uma experiência de investigação mundial onde se intensifica a descoberta e o conhecimento do Outro.

Estes constituem relatórios e relatos que descrevem, dentre outros aspectos, os lugares povoados, com linguagem à maneira de diário ou de forma mais sistematizada enquanto resultado de uma encomenda real, como os escritos de Pero de Magalhães Gândavo (1576), Gabriel Soares Souza (1587) e Diogo de Campos Moreno (1609 e 1616). As obras de Moreno são ilustradas, sendo o registro de 1616 acompanhado por desenhos elaborados por Luís Teixeira. Este inaugura o trabalho produzido por uma família de cartógrafos reais que irá se destacar dentre a produção iconográfica portuguesa pela quantidade e expressividade de registro da costa brasileira, os Atlas elaborados por seu filho João Teixeira Albernaz.

No século XVII, além do legado português, conta-se com o extraordinário acervo de imagens produzidas pelos holandeses, especialmente durante a presença de Maurício de Nassau no Brasil (1637-1644), o qual se fez acompanhar por uma comitiva constituída por cartógrafos, pintores, naturalistas e cientistas.³ A atuação de Nassau no Brasil foi minuciosamente narrada

² Este artigo é resultado da tese intitulada “Pernambuco no papel: o desenho de seis vilas coloniais no contexto da representação iconográfica de Albernaz, Marcgrave e Post”, desenvolvida junto à Universidade Federal da Bahia e à Universidade do Algarve, Portugal.

³ A partir de 1580, com a morte de D. Sebastião, a administração de Portugal foi anexada ao governo da Espanha resultando em uma monarquia dualista, o que comprometeu as relações comerciais portuguesas com os Países

por Gaspar Barléus em sua obra *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Publicado em 1647, o livro é magnificamente ilustrado com mapas, plantas e vistas produzidos por George Marcgrave e Frans Post respectivamente, registrando as capitanias conquistadas pelos holandeses, sendo a região do Recife, península onde estaria situado o porto de Olinda, e a chamada Ilha de Antônio Vaz, honradas com um maior número de registros imagéticos.

Os holandeses registraram as terras nordestinas conquistadas também em forma de textos outros além daquele produzido por Barléus, como os relatórios de Adrian Verdonck (1630), Joan de Laet (1636) e Adrian Van der Dussen (1639). Esses participaram da comitiva nassoviana ao Brasil e registraram, em forma de listagens e descrições, as áreas povoadas, rios e outras estruturas edificadas que conformavam a ocupação portuguesa das capitanias, inclusive as construções holandesas essencialmente de caráter militar. Por consistir em dados diretamente relacionados aos núcleos povoados, o conteúdo desses registros foram selecionados dentre um conjunto de cerca de 20 obras, especialmente aquelas que incorporam as “*Fontes para o Brasil Holandês – economia açucareira*”, de Gonsalves de Mello (1981), para serem revisados com mais atenção neste estudo. Segundo o historiador, essa documentação revela o interesse holandês pela produção açucareira, o qual explica em larga parte a iniciativa holandesa da conquista do Nordeste.

Desde fins do século XVI iniciou-se e ampliou-se no começo do seguinte a participação holandesa no transporte do açúcar do Brasil para o Norte da Europa, depois de beneficiado nas refinarias que começaram a surgir em número avultado nos Países Baixos. Essa participação crescente do açúcar brasileiro na economia holandesa explica a ação militar da Companhia das Índias Ocidentais contra a Bahia e Pernambuco. A trégua dos Doze Anos (1609-21) permitiu considerável aumento no comércio direto da Europa do Norte com o Brasil, ou indireto, via Portugal; e desse aumento dá testemunho o número de refinarias instaladas em cidades holandesas, em especial de Amsterdam. (MELLO, 1981, p.08)

Este material refere-se a uma série de localidades urbanas, mas se concentra no registro da região Nordeste, destacando neste universo a Capitania de Pernambuco por obviamente sediar

Baixos, o que despertou nesses últimos o interesse pela expansão colonial. Como decorrência, foi criada uma ação holandesa para colonizar a América e a África Ocidental chamada Companhia das Índias Ocidentais, a qual precederia a Companhia das Índias Orientais que alcançaria as terras brasílicas no ano de 1624. (MELLO, 1999, p.20)



o governo colonial português e, no século XVII, o governo holandês,⁴ colocando-a em situação privilegiada para a realização de estudos baseados em fontes seiscentistas, especialmente as iconográficas. Além de registrarem o desenvolvimento dos processos de representação da época, as imagens, ao darem visibilidade às vilas seiscentistas de Pernambuco, permitem apreender tentativas urbanísticas que se valem das conquistas renascentistas trazidas pelo avanço da lógica matemática e do empiricismo pragmático vigentes em Portugal. (CARITA, 1999, p.150) Portanto, a própria experiência urbanística portuguesa merece um estudo aprofundado, dentro da questão da produção do saber.

George Marcgrave e Frans Post foram os responsáveis pelas ilustrações da obra de Gaspar Barléus, considerada por especialistas como um dos mais expressivos documentos em termos de registro da presença holandesa no Brasil e, por extensão, da Colônia portuguesa na América. Essas imagens carregam um caráter detalhista norteado por um “*olhar atento, transcrito pela mão – o que poderia denominar-se habilidade observacional*” - como colocou Svetlana Alpers sobre a pintura holandesa seiscentista. (ALPERS, 1999, p.159)

Assim, enquanto as imagens da Família Albernaz contribuíram, sobretudo, para o entendimento ampliado da Capitania de Pernambuco em termos de ocupação urbana, o conjunto iconográfico holandês, além de permitirem a visualização da experiência urbanística no contexto do século XVII, também apresentam informações mais específicas e detalhadas sobre o desenho conformado pela implantação das vilas e, por esse mesmo motivo, ganharam mais espaço no desenvolvimento desse estudo.

Além dos códigos extraídos dos próprios documentos de época, a análise dessas fontes de investigação apoiou-se em dados resultantes de uma revisão bibliográfica sobre temas do urbanismo luso-brasileiro. Enquanto trabalho de cunho iconográfico, esse questionamento não poderia deixar de referenciar as contribuições pioneiras dos estudos de Nestor Goulart (1968) e José Luiz da Mota Menezes (1988) acerca da utilização das imagens de época como subsídio para a abordagem do tema do desenho urbano das vilas e cidades coloniais brasileiras.

Para o desenvolvimento desse estudo também foram considerados os discursos clássicos sobre o desenho conformado pelas primeiras implantações urbanas.⁵ Alguns temas, de

⁴ Durante o período da invasão holandesa no nordeste brasileiro (1630-1654), discutiu-se sobre a escolha do local para a instalação da sede do Governo Holandês. Esta foi construída na Ilha de Antônio Vaz, mas a península do Recife, Olinda e a Vila Schkoppe em Itamaracá (ou Vila de N. Sra. da Conceição, como foi batizada pelos portugueses) também foram consideradas (MELLO, 1981, p.60-62).

⁵ Ver AZEVEDO (1956), HOLANDA (1989), SANTOS (1963), REIS FILHO (1968).

interesse direto dessa discussão, aparecem com certa recorrência nessa esfera de discussão, quais sejam:

a) Acerca do conjunto edificado da vila: Em 1956, Aroldo de Azevedo afirma que as feitorias são o embrião da cidade colonial portuguesa na América, com potencial para serem convertidas em aldeamentos ou povoados através da implantação da capela que assegurava a estabilidade da aglomeração, mesmo que suas condições incipientes de infra-estrutura, insignificância econômica e seus próprios propósitos militares comprometessem o hipotético desenvolvimento urbano, como aliás aconteceu: das 4 feitorias fundadas no Brasil no século XVI – Santa Cruz na Bahia, Conceição de Itamaracá e Igarassu em Pernambuco, e Cabo Frio no Rio de Janeiro - apenas as duas últimas continuaram. (AZEVEDO, 1956, p.11) O arquiteto Nestor Goulart sintetizou essa dinâmica em três fatores: religião, administração e segurança, os quais resultaram em: “construções particulares de residência e trabalho”, “construções oficiais”, construções “para fins militares” e “construções religiosas”. (REIS FILHO, 1968, p. 153-186) Já o geógrafo Pedro Vasconcelos chamou esses fatores de “agentes modeladores das cidades”, os quais seriam: a igreja (igreja católica, conventos); as ordens leigas (Ordens Terceiras, Irmandades da Misericórdia); o Estado (os prédios governamentais – os paços, palácios, as casas de câmara e cadeia e outras construções relativas à manutenção do território: fortificações, muralhas, diques); os agentes econômicos (os proprietários rurais, os comerciantes e financistas e os artesãos); a população e os movimentos sociais. (VASCONCELOS, 2005) ⁶

b) Acerca do desenho urbano colonial: Sérgio Buarque de Holanda inaugura, nos anos de 1940, o pensamento moderno sobre o tema do urbanismo colonial confrontando as formas de cidade americana, mais especificamente a produção do ladrilhador (espanhol) e do semeador (português), ou seja, a postura abstrata do colonizador espanhol, gerando um desenho urbano geométrico oriundo de um pré-planejamento, e a postura fortuita do colonizador português

⁶ Partindo do estudo das cidades coloniais implantadas no norte do Brasil durante o século XVIII, a arquiteta Renata Malcher de Araújo afirma que *“a estrutura comercial marítima utilizava-se, em termos, do estabelecimento de feitorias. Estas, em princípio, pouco mais seriam que locais de armazenamento de mercadorias estabelecidos no litoral com a autorização dos governantes locais. Um elemento, no entanto, transformará a feitoria comercial em território do império – a fortificação. O acto de “fazer fortaleza” aparece citado com orgulho nas crônicas da Índia, como garantia da soberania portuguesa. À sombra das fortificações, no território por elas estabelecido, surgiram os princípios de instalação urbana. Na repetição deste processo funda-se o paradigma inicial do urbanismo da expansão portuguesa, que associa a cidade à fortificação”*. (ARAÚJO, 1998, p.22)

definida pelo historiador como sendo o resultado do diálogo entre a arquitetura e o meio natural, e a predominância do segundo sobre a primeira. (HOLANDA, 1989, p.76) Nos anos de 1960, Paulo Santos continua a discussão sobre a onipresença da natureza e do aspecto espontâneo na urbe brasileira, afirmando que esta apresenta uma atraente imprevisibilidade bem diferente da repetição de traçado das terras colonizadas espanholas, chegando a comparar as cidades brasileiras à variedade de desenho urbano islâmico e cristão, que em sua concepção, seria desordenado e livre de traçado pré-definido. (SANTOS, 2001, p.18) Mas é Nestor Goulart a grande referência brasileira dos estudos urbanos coloniais. Em seu livro *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil* (1968), o arquiteto defende a idéia de que as primeiras vilas e cidades brasileiras, enquanto produto racionalizado, dispunham de um desenho geometrizado adaptado às condições da topografia, característica chave que as diferem da experiência da colônia espanhola. (REIS FILHO, 1968, p.71) Sérgio Buarque inicia sua abordagem discutindo os desígnios dos engenhos e das cidades enquanto instrumentos de dominação do imperialismo português; Paulo Santos com a comparação com as cidades medievais, e Nestor Goulart com a narração sobre a colonização portuguesa como um ato político e a urbanização como uma estrutura dinâmica. O que eles têm em comum além do tema abordado, é o esforço em definir os princípios norteadores do desenho das vilas e cidades coloniais. Para Aroldo de Azevedo tais estruturas urbanas não obedeciam a nenhum plano pré-estabelecido. (AZEVEDO, 1956, p.10) O que se percebe nesses discursos clássicos é a oscilação entre a espontaneidade e racionalidade no gesto de implantação das primeiras povoações brasileiras, sobretudo baseada nas expressões do traçado, do desenho urbano, especificamente referente a sua adjetivação – formal, informal, regular, irregular, espontâneo, planejado.

c) Acerca da situação geográfica: Segundo Nestor Goulart (1968), a escolha do sítio é norteada por uma série de fatores, dentre eles: o econômico, ou seja, as potencialidades de exploração comercial do lugar; a subsistência, para garantir a permanência das aglomerações; e a segurança, o sítio como um aliado das necessidades de proteção contra invasores, fossem eles nativos ou estrangeiros. Ainda segundo o autor, as justificativas da ocupação da costa podem ser sintetizadas na necessidade da colônia estar próxima da empresa colonizadora por questões estratégicas de exploração econômica. Para Aroldo de Azevedo, tal localização configurava-se como um *gesto de sobrevivência e manifestação de uma esperança*” (AZEVEDO, 1956, p.15). Primeiro porque os planaltos que marcavam as regiões distantes da costa eram como obstáculos naturais; segundo, a implantação das aglomerações em áreas

mais abertas favorecia a proteção contra os indígenas estabelecidos nas áreas de mata; terceiro, havia uma dependência econômica da colônia não apenas em relação à metrópole, mas também do centro econômico local expressivamente representado pelos engenhos, inicialmente alocados em sua maioria em áreas planas para efetuar as plantações que ficam em áreas próximas ao mar, o que favorecia também o próprio escoamento de recursos. Ainda segundo este mesmo autor, “*os aglomerados urbanos, no século XVI, além de tipicamente marítimos, surgiram de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros “nódulos” de população no imenso “deserto” humano do Brasil de então*” (AZEVEDO, 1956, p.19). Nesse sentido, olhadas por este prisma, as povoações implantadas no Brasil ainda poderiam compartilhar de uma expressão física semelhante em termos de desenho, mesmo considerando as inegáveis variações das expressões do sítio geográfico.

d) Acerca da postura do colonizador⁷: Mas o conjunto urbano de cada uma dessas povoações configura um rosto⁸, o que parece comprovar que as cidades portuguesas têm a capacidade de se articular intimamente com as características físicas dos espaços em que se implantam, nomeadamente com a sua topografia. Esta constitui a matriz fundamental que marca indelevelmente as cidades e vilas do Brasil, sobre a qual outras influências se vieram sobrepor, sem nunca verdadeiramente a suprimir. (TEIXEIRA, 2004, p.08)

O conceito apresentado nos discursos sobre esse tema e que foi observado com cuidado durante a construção do objeto de estudo, foi o da postura portuguesa diante da instalação do espaço urbano no Brasil, definida por Manuel Teixeira (2004) como a representação de uma “cultura de território”, o que quer dizer que, mais que uma série de normas de implantação

⁷ Walter Rossa sintetiza a experiência urbana portuguesa relacionando 5 características: 1. pela ocorrência de um padrão morfológico e cadastral regular; 2. pelo traçado e dimensionamento global em função de espaço público; 3. pelo mono-direcionamento da malha e correspondente hierarquização de ruas e travessas; 4. pelo recurso a sistemas proporcionais algébrico-geométrico abrangentes os quais se baseiam no quadrado e progridem para retângulos de proporção $\sqrt{2}$, $\sqrt{3}$, etc...; 5. pela integração estrita da arquitetura nesse sistema de relações regulares e proporcionais e conseqüente florescimento de uma arquitetura de programa. (ROSSA, 2002, p.434).

⁸ A flexibilidade de ação dos colonizadores portugueses em relação às expressões do sítio geográfico pode ser notada no próprio batismo das vilas, tornando-se “*para o viajante a decodificação geográfica do território*” (PESSOA, 2001, p.652). Penedo, Alagoa do Sul (Marechal Deodoro), Quatro Rios (Porto Calvo), Cabo de Santo Agostinho e Recife são algumas das localidades estudadas que exemplificam o emprego das referências dos elementos naturais locais na toponímia. Esta também é definida pelas denominações indígenas como Serinhaém e Igarassu que, essencialmente, também estão relacionadas com elementos naturais. A essas referências somam-se os nomes de santos, tais como Cosme e Damião, Penedo de São Francisco, Cabo de Santo Agostinho - “*a chancela que invoca proteção*” (Idem, Ibidem, p.652).

dos núcleos urbanos, a postura portuguesa durante os primeiros séculos de ocupação das terras brasílicas atentava para as características do lugar.⁹

Esses discursos sobre o conjunto edificado, traçado, situação geográfica e a experiência urbanística do colonizador caracterizam-se por uma abordagem generalista do tema, demonstrando uma certa rigidez nas explicações do desenho urbano colonial, desconsiderando, por exemplo, a influência de outros elementos que podem configurar a malha urbana, como o porto que margeia o rio; o forte do outro lado da ilha, ou o engenho afastado do núcleo urbano da vila. Deixam à margem também outras definições sobre o traçado de determinada localidade que podem caracterizar o conjunto de caminhos tais como, largo, estreito, longo, curto, longitudinal, transversal, inacabado, definidos pelo casario, cruzando as igrejas...

Por esses motivos, dentre os objetivos da observação dos antigos textos e imagens, buscou-se focar a discussão em um universo geográfico específico e em encontrar outras formas de abordagem do desenho urbano implantado pelo colonizador português, a partir da manipulação dos documentos de época, especialmente o conjunto iconográfico, na perspectiva de demonstrar sua pertinência diante dos estudos acerca da história do urbanismo colonial brasileiro.

A análise desses documentos de época resultou na identificação dos componentes urbanos e de seu arranjo espacial relativos à implantação das massas edificadas, às conexões entre os elementos naturais e edificados, aos sistemas de circulação, ao assentamento do conjunto edificado, dentre outros aspectos. Após essa identificação, suas situações urbanas foram postas em comparação com base em um legado que revela um saber cartográfico, geográfico e arquitetônico relevante, produzido por um olhar estrangeiro, mas mobilizado e sensibilizado pelo meio, permitindo a visualização das primeiras formas urbanas desses núcleos antigos.

3. Gestos urbanos em rede

Sinteticamente pode-se afirmar que a revisão dos textos e imagens antigas indicou que esse material apresenta uma variação de conteúdo representativo que pode apontar para os campos da técnica, ou, em ambos os tipos de documentos, para a falta de familiaridade com o lugar, denunciada pelos escritos de Van der Dussen, por exemplo, ao indicar a existência de neve em

⁹ Segundo Lacombe, “*não houve um planejamento de política de implantação de colônia lusitana, houve, sim, a adoção de um método de colonização flexível e variável segundo circunstâncias e nesse método se revela o que poderemos, sem exagero, chamar de gênio português, que explica a formação do vasto império e também, em grande porte, a formação territorial do Brasil*”. (LACOMBE, 1970, p. 245)

sua descrição sobre o rio São Francisco...¹⁰ Contudo, acredita-se que as variações de registro advêm de sua propriedade de agregar elementos oriundos do inconsciente do autor e suas intenções sobre o que comunicar. Carregam, pois, em suas expressões, a forma como os colonizadores entendiam esse universo, revelando o que para eles era importante e deveria ser registrado.

Sob as impressões dos escritores, mereceram maior atenção os aspectos relativos aos rios, portos e fortificações que outros elementos expressivamente indicados na produção dos desenhistas, tais como o ambiente edificado propriamente dito, como igrejas e caminhos. Pode-se verificar que mesmo dentro dessas categorias de representação há variações de conteúdo: enquanto Margrave mostrou as vilas sobre uma área plana de um monte, Post registra claramente as ondulações do relevo que marcam o espaço ocupado pela contigüidade urbana dessas localidades, por exemplo. Os Albernaz registraram as águas; Margrave, as vilas e Post as vilas com pessoas e animais...

Em termos mais específicos, Margrave desenhou Serinhaém e Alagoa do Sul quase em um mesmo enquadramento e preferiu ampliar o campo de observação para desenhar as Vilas de São Francisco e de Porto Calvo. A Vila de Igarassu sequer faz parte de seu conjunto iconográfico que compõe a obra de Barléus, mas essa vila, por sua vez, foi desenhada a partir de um ponto de visada diferente de todas as outras paisagens de Post aqui revisadas, o que a coloca em situação destacada nesse conjunto. Igarassu é mostrada por dentro.

Viu-se que para um povoado ser vila, tinha que ter igreja, casa e caminhos, por água e por terra, muitos desses últimos enladeirados. Segundo Post, também tinha que ter pessoas, animais que encenassem a vida cotidiana. A igreja tinha que estar em local mais alto que outros edifícios e na extremidade dos limites do conjunto edificado, “distantes e desacompanhadas”, como Diogo de Campos Moreno qualificou parte da paisagem de Olinda. Este tinha que ser constituído por estruturas outras situadas além da contigüidade urbana, como o porto e o engenho, mas ligados pelos caminhos. Assim, pode-se sintetizar que esse conjunto edificado relacionado com as massas de água e com a topografia, consiste no signo físico da vila, pois, os demais edifícios reconhecidos e suas locações variam de vila para vila.

¹⁰ “No inverno, quando mais chove naquelas regiões, é que o rio conta com menos água, mas no verão, quanto há seca, as águas crescem e inundam todas as terras baixas. O que parece indicar que a sua nascente está muito ao Sul, em altos montes gelados, cuja neve derretendo-se com o calor do verão, causa a enchente do rio”. (VAN DER DUSSEN, 1947, p.28)

Se não foi possível reconhecer um padrão de assentamento, e sim um método de instalação dos edifícios, pode-se pensar que no sentido da vila permeia uma idéia. E nessa idéia cabe incorporar as outras construções identificadas - o convento, a casa do governador, as fortificações, as pontes. Todas essas desenhadas por Albernaz, Marcgrave e Post são sinais do pensamento colonizador, que é transferido para o lugar colonizado. Esse processo, que inicialmente desconsidera qualquer expressão local, parte de um desenho mental, configurando uma feição de vila consolidado por idéias de caráter religioso, político-administrativo, econômico e também protetor.

Como visto, o assentamento de núcleos a serem habitados, contudo, não chega até a colônia com um formato definido, e sim são adaptadas às expressões particulares do sítio, ao que se refere à locação dos edifícios, e das demandas do próprio núcleo habitado. É o que faz, na primeira metade do século XVII, Olinda ter 3 conventos, Serinhaém e Igarassu 1, e Porto Calvo, Alagoa do Sul e São Francisco, nenhum, por exemplo.

Essa variedade compositiva em termos de conteúdo edificado das vilas, aponta para uma outra definição acerca de sua qualidade de “urbana”. Em primeiro lugar, a vila é, antes de qualquer definição categórica, um espaço habitado, caracterizado, à priori, pela concentração de pessoas e, por extensão, de edifícios.

Entretanto, um espaço urbano não se faz enquanto ato isolado. Ele participa de um conjunto de núcleos habitados, como previsto pelo próprio donatário supracitado ao afirmar que era “*conveniente fazerem-se as povoações no Brasil distantes uma das outras, para assim, se dilatar a Nova Lusitânia e fazer grande a nova colônia*”.¹¹

As seis vilas coloniais pernambucanas participam desse processo de ocupação do território e da afirmação de sua posse, e à medida que vão surgindo (enquanto povoado) espaçadamente ao longo da faixa litorânea da Capitania, aparece também a marcação dos percursos, as ligações entre elas, que foram tema dos mapas de Marcgrave. A trama desenhada pelos caminhos e pelos espaços de permanência revela que esses se correspondem, que há relações de troca, que constituem uma rede.¹²

Esses argumentos desorganizam o entendimento comum que se tem acerca da vila restrito à área marcada por uma concentração de edifícios. A constituição dos espaços de permanência

¹¹ DUARTE, 1546. In: TT, ref.PT-TT-CC-1/78/105.

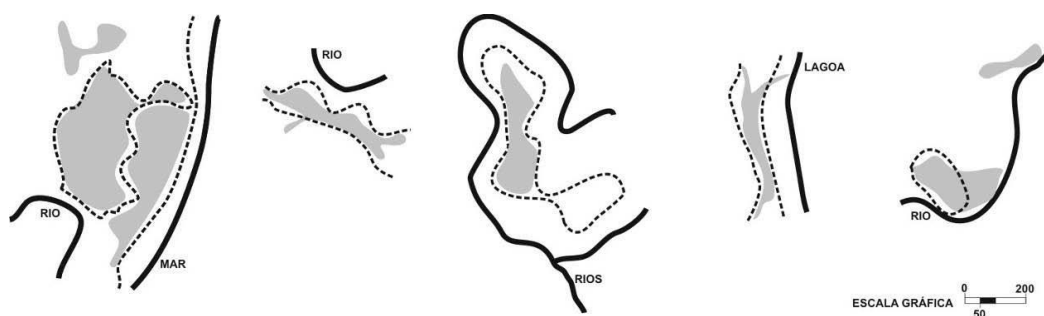
¹² Segundo Nestor Goulart, a implantação intensa de povoados de uma determinada região caracteriza a existência de uma rede urbana, que consiste no contexto mais amplo de urbanização em que os povoados estão inseridos. (REIS FILHO, 1968, p.78 e 82)

são frutos de uma série de ações humanas que vão desde a escolha do local a ser ocupado até a transformação de um rio em via de transporte. Resultam, pois, de gestos urbanos.

É a noção de gesto urbano que nos permite englobar as pontes e os caminhos periféricos desenhados por Marcgrave, os engenhos e os portos insinuados por Albernaz, no entendimento das vilas. E foi a idéia de rede, da existência das vilas para além delas mesmas, que convalidou o esforço do embate entre elas.

Se essa expressão permitiu ampliar o olhar sobre as vilas, foi graças a ações outras que foram traduzidas para o papel. Foram seus registros que deram margem para confirmar a impressão inicial apresentada nesse artigo de que é através do casamento da arquitetura com o sítio que acontece o ambiente urbano, e é através delas, das imagens, que se consegue visualizar uma definição dos desenhos das vilas para além de polígonos amorfos: Olinda tocada pelo rio e sustentada pelo mar; Serinhaém encerrada pelo rio; Porto Calvo envolvida pelos rios; Alagoa do Sul acompanhando a lagoa, e São Francisco pousando sobre o rio, todas contidas pela topografia.

N↑



Olinda

Formosa de Serinhaém

Porto Calvo

Alagoa do Sul

São Francisco

Esquemas gráficos das vilas estudadas, baseados em detalhes das plantas de Marcgrave, demonstrando as relações de situação geográfica e ocupação urbana entre as massas de água (linhas contínuas) existentes nas suas proximidades, a concentração de construções, inclusive alguns caminhos, (manchas claras) e os níveis topográficos (linhas tracejadas). FONTE: MACHADO, 2009, p.180.



Os estudos comparativos mostraram que as intervenções arquitetônicas no meio físico impressas nas vilas apresentam aspectos de assentamento e estruturação urbana recorrentes, que vão desde a escolha do sítio ocupado até a locação de determinados edifícios, indicando que, no contexto da representação, elas compartilham de uma lógica comum de assentamento. Por outro lado, as situações urbanas das vilas contrapostas entre si fogem à idéia de terem adotado um modelo (um formato, um procedimento tido como invariável) de implantação, por não compartilham da imagem de um planejamento rígido, sugerindo terem seguido padrões de métodos (um modo de operar) de princípios de assentamento, que permitem a formação múltipla de resultados, como se, de certa forma, o lugar dissesse como as vilas deveriam ser... A análise da iconografia histórica comprova, pois, que as vilas estudadas pautaram-se por uma proposta urbana que atenta para as características topográficas. O sítio apresentou-se como ingrediente fundamental no desenho urbano, trazendo um forte argumento para que fossem dotadas de personificação paisagística e comprovando a assertiva de parte da literatura sobre a história do urbanismo colonial que afirma a sabedoria de caráter pragmática portuguesa de conduzir-se pela leitura prévia do sítio, gerando uma implantação condicionada por ele.

Nessa perspectiva, acredita-se que faz sentido pensar o ambiente urbano de origem colonial quando locado no sítio, visto com uma lente ampliada, para além de sua contigüidade urbana, e que, pensando em conjunto, afloram-se seus significados, potencializando, assim, seus conteúdos patrimoniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, João Teixeira. **Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmógrafo de Sua Magestade. Anno de 1640, por João Teixeira Albernaz.** Lisboa: Aeroportos de Portugal. Edição integral, fac-similada a cores, do códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, de Lisboa.

ALBERNAZ, João Teixeira. **Estado do Brasil Coligido das mais sertãs noticias q pode aiuntar dõ Ieronimo de Atayde, por João Teixeira Albernaz, cosmographo de Sua Magde, anno 1631.** Mapoteca do Itamarati – Ministério das Relações Exteriores/Rio de Janeiro.



ALBERNAZ, Luís Teixeira. **Roteiro de todos os sinaes, conhecimento, fundos, baixos, alturas, e derrotas, que há na costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o estreito de Magalhães, de Luís Teixeira Albernaz.** Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda (1582-1585). Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Lisboa: Tagol, 1988.

ALBUQUERQUE, Duarte Coelho. **Carta de 1546.** Disponível no acervo da Torre do Tombo em Lisboa. TT, ref.PT-TT-CC-1/78/105.

ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII.** Tradução Antônio de Pádua Danesi, São Paulo, Edusp, 1999.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII.** Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faup, 1998.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil, (1647).** Rio de Janeiro: Instituto da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. CDrom.

CARITA, Helder. **Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna, 1495-1521.** Lisboa: Horizonte, 1999.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da terra e história do Brasil (1576).** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

LACOMBE, Américo Jacobina. *As expedições portuguesas: o elemento europeu e o indígena.* In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** V. 287, Abril/Junho. 1970, pp.234-250.

LAET, Joan. *Historia ou anais dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais,*

LIMA, M. de Oliveira. **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico.** Leipzig: F. A. Brockhaus, 1895.

MACHADO, Roseline V. O. **Pernambuco no papel: o desenho de seis vilas pernambucas na representação iconográfica de Albernaz, Marcgrave e Post.** Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2009. (Tese de doutorado)

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

MENEZES, José Luís da Mota Menezes. **Atlas histórico cartográfico do Recife.** Recife: Massangana, 1988.



MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá reção ao estado do Brasil, 1616**. Lisboa: Edições João Sa da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

PESSOA, José. *Em tudo semelhante, em nada parecido, Modelos e modos de urbanização na América portuguesa*. In: **Revista Oceanos**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. pp.70-81.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil**, São Paulo: EDUSP, 1968.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 1999.

ROSSA, Walter. *O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas*. In.: ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata Malcher de (org). **Universo urbanístico português (1415-1822)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. pp. 507-536.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1963.

SOARES, Gabriel. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Comentários de Francisco Adolpho de Varnhagem. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TEIXEIRA, Manuel. Prefácio. In: TEIXEIRA, Manuel (org). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. pp.07-14.

VAN DER DUSSEN, Adriaen; J. Maurice Conte de Nassau, M. Van Ceullen. *Breve discurso sobre o estado das quatro capitánias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil* (1638). In:

VAN DER DUSSEN, Adrian. **Relatório sobre as capitánias conquistadas no Brasil pelos holandeses - suas condições econômicas e sociais** (1639). Rio de Janeiro: Edições Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

VASCONCELOS, Pedro. Os agentes modeladores **das cidades brasileiras no período colonial**. 2005. (manuscrito).

VERDONCK, Adriano. *Memória oferecida ao Senhor presidente e mais Senhores do Concelho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630*. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981. (pp. 35-46)



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC